

Literatura – Ficha três

Classes C e D - Turmas de março

Marcelo Augusto

Discurso e Discurso Literário

Marceloboujikian@gmail.com

Da Língua ao Discurso

Na última ficha discutimos os meios que os falantes utilizam para articular a linguagem e transmitir as mensagens.

Para isso, estudamos os elementos mínimos da linguagem.

Estudaremos dessa vez os “elementos máximos”, tão maiores que ultrapassam o próprio texto.

Que elementos são esses?

Traçamos um breve percurso ao longo dos diferentes níveis da linguagem:

- letra (elemento mínimo do significante)
- sílaba
- morfema (elemento mínimo do significado)
- palavra
- frase/verso
- texto (gráfico/sonoro)

→ **discurso** ←

O que transforma a linguagem em discurso é o ato de **enunciação** (emissão gráfica ou sonora), através do qual o locutor se apropria do aparelho formal da língua.

Nesse processo de apropriação o locutor se constitui enquanto sujeito, designando-se como “eu”. A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a si mesmo como “eu” em seu discurso.

Portanto, o “eu” do código pertence a todo mundo, mas falar é apropriar-se dele, é organizar o discurso do eu/aqui/agora, bem como o mundo, ao redor de nossas próprias coordenadas.

A frase “*Eu estou preparando uma ficha*” só tem sentido porque seus leitores sabem de que “Eu” estamos falando nesse caso.

Compreender um texto não é somente referir-se a uma gramática e a um dicionário, é mobilizar saberes muito diversos, fazer hipóteses, raciocinar, construindo um contexto que não é preestabelecido e estável.

Fora de contexto, não podemos falar realmente no sentido de um texto. Uma frase descontextualizada não possui referentes reais.

Para que uma sequência verbal proferida em uma situação particular se torne um verdadeiro texto, este deve ser assumido em um lugar e em um momento específicos, por um sujeito que se dirige, numa determinada perspectiva, a um ou vários sujeitos.

Contudo, se encontrássemos em uma gramática a seguinte frase

“*Eu levei meu cachorro para passear*”

Não poderíamos jamais saber que “Eu” é esse que fala, ou ainda que cachorro é esse que está sendo levado num passeio.

De modo análogo, palavras que possuem mais de um sentido (polissêmicas), muitas vezes, só podem ser decifradas com o apoio do texto completo.

Exemplifiquemos com a palavra “encerrar”:

Extraído do dicionário:

en.cer.rar

(**en+cerrar**) vtd e vpr

1 Pôr em lugar fechado e escondido; enclausurar.

2 Concluir, terminar:

A seguinte frase não permite distinguir entre os dois significados:

“A morte encerra-me o abandono”

Teríamos que recorrer ao texto completo, e conseqüentemente ao discurso, para resolver esta *ambiguidade!*

Finalidade

Falar é uma forma de ação sobre o outro e não apenas uma representação do mundo. A problemática dos atos de linguagem mostrou que toda enunciação constitui um ato que visa modificar uma situação. A própria atividade verbal encontra-se relacionada com atividades não verbais.

Recusando um “eu” abstrato, propõe-se um **nós**, sujeito social que se constitui na multiplicidade: fruto da interação conflitual entre o “eu” e o “você” (palavras de significado variável, que se definem conforme a pessoa que produz o texto), inserido na memória e na história, diferente do sujeito transcendental fora de qualquer história social e política.

O discurso se constrói, com efeito, em função de uma

finalidade, devendo dirigir-se para algum lugar. Mas ele pode se desviar em seu curso (digressões), retomar sua direção inicial, mudar de direção, etc.

Sua linearidade manifesta-se frequentemente por um jogo de antecipações (veremos que...) ou de retomadas (ou melhor...), tudo isso constitui um verdadeiro monitoramento da fala pelo locutor.

Deve-se notar que os comentários do locutor sobre sua própria fala perpassam pelo fio do texto, embora não se situem no mesmo nível.

A verdadeira substância da língua é constituída pelo fenômeno social da interação verbal. A palavra está sempre orientada para um interlocutor. O texto, oral ou escrito, é de natureza social, ele é puro produto da interação social.

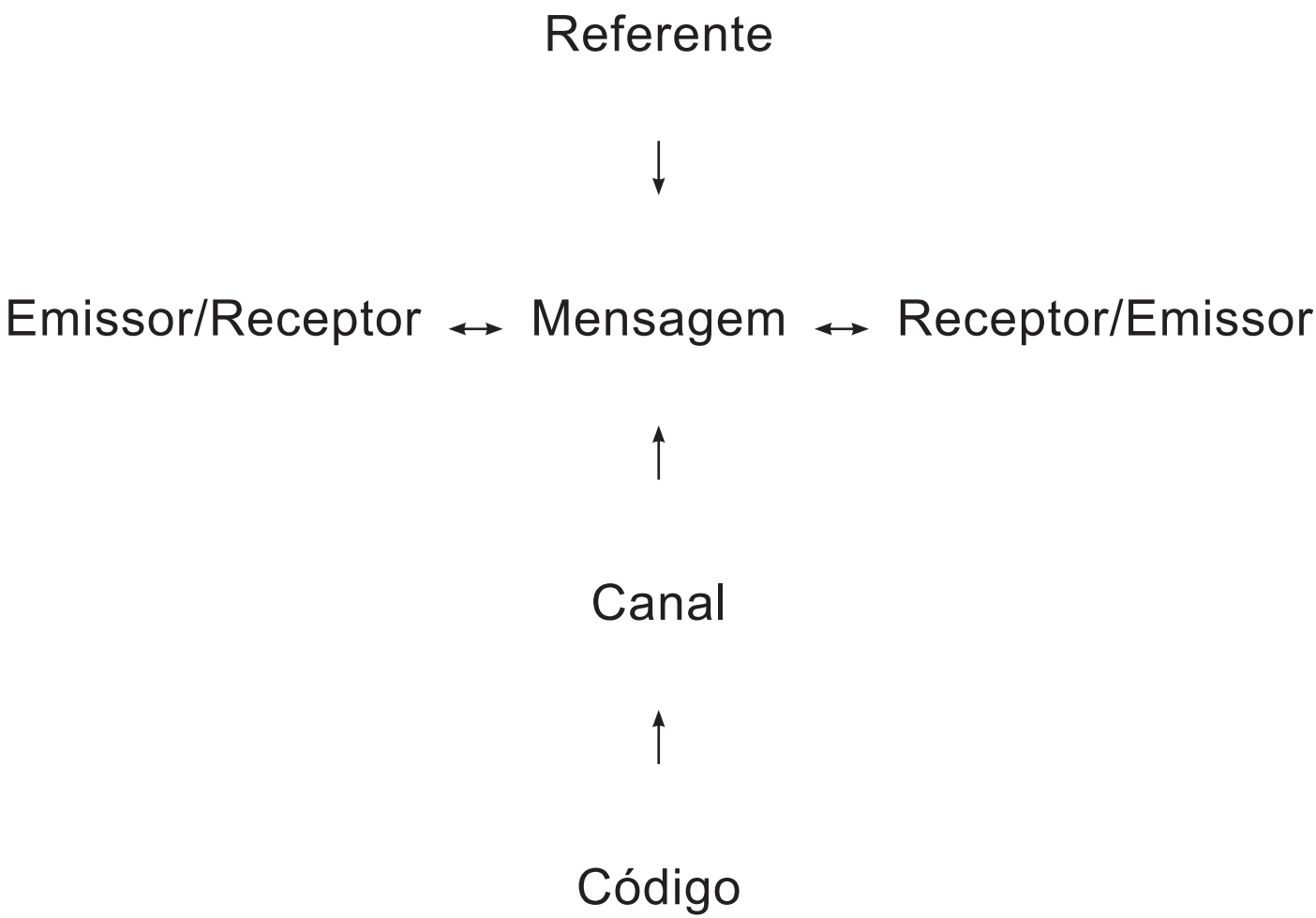
Finalidade e Funções da Linguagem

Em qualquer texto existem os seguintes elementos:

- 1- **Emissor:** é aquele que envia a mensagem (pode ser uma única pessoa ou um grupo de pessoas).
- 2- **Receptor:** é aquele a quem a mensagem é endereçada (um indivíduo ou um grupo), também conhecido como destinatário.

Como em situações de comunicação o emissor e o receptor trocam de papel (cada vez que um deles assume a fala) costuma-se dizer que emissor e receptor são interlocutores.

- 3- Canal:** é o suporte (gráfico ou sonoro) pelo qual a mensagem é transmitida.
- 4- Referente ou Contexto:** é o objeto ou a situação a que a mensagem se refere.
- 5- Código:** É o conjunto de signos e de regras de combinação desses signos utilizado para elaborar a mensagem: o emissor codifica aquilo que o receptor irá decodificar. Exemplo: Língua Portuguesa.
- 6- Mensagem ou Texto:** abrange a totalidade da situação de comunicação.



Qualquer finalidade de um humano ou grupo de humanos será expressada através do alinhamento desses elementos com pelo menos uma das seguintes funções da linguagem:

- 1- Função emotiva:** A mensagem centra-se nas opiniões, sentimentos e emoções do emissor; configura um texto completamente subjetivo e pessoal. Esta função é muito encontrada na Lírica, que consiste na expressão imediata dos sentimentos do “Eu”.
- 2- Função apelativa ou conativa:** A mensagem é centrada no receptor e organiza-se de forma a influenciá-lo, ou chamar sua atenção. Esta função é predominante na Épica e na Dramática.
- 3- Função fática:** O meio físico que carrega a mensagem é colocado em destaque. O interesse do emissor é simplesmente testar ou chamar a atenção para o canal, isto é, verificar a “ponte” de comunicação e certificar-se sobre o contato estabelecido, de forma a prolongá-lo. É o que ocorre quando, por exemplo, atendemos o telefone e dizemos “Alô”.
- 4- Função referencial:** A mensagem é centrada nos conteúdos que pretende transmitir. Predomina em gêneros como o discurso jornalístico ou acadêmico; além disso, é mais intensamente explorada na Épica.
- 5- Função metalinguística:** pode ser definida como a “linguagem que fala da própria linguagem”, ou seja, descreve o ato de falar ou escrever; referem-se ao código em si. Os dicionários e as gramáticas são canais (suportes gráficos) em que fica evidente a função metalinguística.

6- Função poética: É aquela que se centra sobre a própria mensagem. As funções da linguagem nunca são exploradas isoladamente; contudo, na função poética ocorre – mais intensamente que em mensagens dominadas por outro tipo de função –, grande sobreposição de todas elas.

Tudo o que suplementa o sentimento da mensagem através do jogo de sua estrutura, de seu tom, de seu ritmo, de sua sonoridade, é relativo à função poética. Essa função é capaz de despertar no leitor prazer estético e surpresa. É explorado na poesia e em textos publicitários.

No discurso poético o grau de certeza ou veracidade nada importa, ou melhor, até pode laborar contra o discurso posto, que aí a razão é abandonada em favor da ficção ou da fantasia. Neste método o que se busca é influir na emoção como modo de impressioná-la, e não no raciocínio do ouvinte ou leitor.

Interação verbal

O contrato

Dizer que os gêneros de discurso são contratos significa dizer que são fundamentalmente cooperativos e regidos por normas. Ambos os locutores são considerados como assinantes antecipados dos termos do contrato.

O papel

Existe desde a antiguidade uma longa tradição que considera a interação social como um imenso teatro onde tudo o que se faz é representar papéis. Falar de papel é insistir que cada gênero discursivo implica os parceiros sob a ótica de uma condição determinada, e não de todas as suas determinações possíveis.

Quando um policial verifica a identidade de uma pessoa, ele intervém enquanto agente da “ordem pública”, não enquanto pai de uma família de três crianças, com uma aparência específica, com um sotaque específico, etc.

O jogo

Falar de jogo é, de alguma forma, enfatizar simultaneamente o papel e o contrato.

Para construir uma interpretação o receptor deve supor que o produtor da emissão (gráfica ou sonora) respeita certas “regras do jogo”: por exemplo, que o texto é “sério”, que foi produzido com a intenção de comunicar

algo que diz respeito àqueles a quem é dirigido. Isto se faz por um acordo tácito, inseparável da atividade verbal. Entra em ação um saber mutuamente conhecido: cada um postula que seu parceiro aceita as regras e espera que o outro as respeite. Essas regras não são obrigatórias e inconscientes como as da sintaxe e da morfologia (no sentido de que todo falante nativo de uma língua guarda uma gramática interna que o impede de cometer alguns erros que só estrangeiros poderiam cometer), são convenções.

As leis do discurso ou máximas conversacionais foram colocadas por Paul Grice na dependência de uma lei superior, **o princípio da cooperação**. Em virtude dele, os parceiros devem compartilhar um certo quadro e colaborar para o sucesso dessa atividade comum que é a troca verbal, em que cada um reconhece seus próprios direitos e deveres, assim como os do outro.

As leis do discurso não são normas de uma conversação ideal, mas regras que desempenham um papel crucial no processo de compreensão dos textos. Pelo simples fato de serem supostamente conhecidas pelos interlocutores, elas permitem a transmissão de conteúdos implícitos através de proposições denominadas implicaturas, baseadas no postulado de que as leis do discurso são respeitadas pelo locutor.

É em virtude dessas leis que mensagens como, por exemplo, as tautologias (“Um homem é um homem”) geralmente obrigam o receptor a inferir subentendidos, em vez de acreditar que o emissor disse uma estupidez ou uma **frase**, que não revela nenhuma informação.

As principais leis do jogo

Pertinência – uma enunciação deve ser maximamente adequada ao contexto textual em que acontece; deve interessar ao receptor, fornecendo-lhe informações que modifiquem a situação.

Sinceridade – diz respeito ao engajamento do emissor no ato de fala que realiza. Para afirmar algo, deve-se estar em condições de garantir a verdade do que se diz; para dar uma ordem, deve-se querer que a ordem seja obedecida.

Informatividade – estipula que não se deve falar para não dizer nada, os textos e seus enunciados constituintes devem fornecer informações novas ao receptor.

Exaustividade – O locutor deve fornecer a informação máxima, considerando-se a situação.

Modalidade – prescrevem clareza e, principalmente, economia na construção do texto. São relativas, evidentemente, ao gênero do discurso.

A preservação dos papéis

Como a comunicação verbal é também uma relação social, ela se submete como tal às regras que costumamos chamar de polidez. Transgredir uma lei do discurso é se expor a ser chamado de “mal-educado”. O simples fato de dirigir a palavra a alguém, de monopolizar sua atenção, já é uma intrusão no seu espaço, um ato potencialmente agressivo.

Todo indivíduo possui duas faces, a negativa, correspondente ao “território” ocupado por ele (seu corpo, sua intimidade); e uma face positiva, correspondente à sua máscara social: trata-se da imagem valorizante que o indivíduo tenta apresentar aos outros.

Todo ato de emissão textual pode constituir uma ameaça para uma ou várias dessas faces, podem-se distinguir, entre as mais comumente ameaçadoras:

Falas ameaçadoras para a face positiva do locutor:

- admitir um erro, desculpar-se, etc.

Falas ameaçadoras para a face negativa do locutor:

- a promessa, por exemplo, compromete o sujeito a realizar atos que demandarão tempo e energia.

Falas ameaçadoras para a face positiva do receptor:

- a crítica, o insulto, etc.

Falas ameaçadoras para a face negativa do receptor:

- perguntas indiscretas, conselhos não solicitados, ordens, etc.

Visto que uma mesma fala pode ameaçar uma face com o intuito de preservar uma outra, os interlocutores são constantemente levados a buscar um acordo, a **jogar**. Eles devem efetivamente procurar um meio de preservar suas próprias faces sem ameaçar a de seus parceiros. Surge, então, um conjunto de estratégias discursivas, dependentes do **gênero discursivo** em que se desenvolveram, para encontrar um ponto de equilíbrio entre essas exigências.

Por exemplo, para o discurso publicitário é primordial o problema da preservação das faces, pois seu texto é, por natureza, ameaçado. O simples fato de pedir para ser lido constitui ao mesmo tempo uma ameaça às faces positiva do locutor (que corre o risco de ser visto como emissor de uma “chatice”) e negativa (todo texto publicitário visa pedir dinheiro), bem como uma ameaça para as faces positiva do receptor (ler a chatice) e negativa (receber o pedido de dinheiro).

Em contrapartida, o discurso jornalístico é de certa forma antecipadamente legitimado, uma vez que o próprio receptor se voluntariou para receber o discurso.

Língua falada e Língua Literária

Quando se analisa um texto literário, é importante observar a época em que foi escrito, bem como as características estéticas predominantes na obra do autor. Ou melhor dizendo: o estilo do escritor e suas relações com as correntes literárias.

Uma narrativa de um autor contemporâneo não tem as mesmas características encontradas na prosa realista ou romântica do século XIX. Não nos interessa, porém, dentro dos limites desta ficha, divagar em torno dos problemas das chamadas *escolas literárias* e de suas manifestações em nível linguístico. Todavia, se o fizéssemos, constataríamos que foram desiguais, ao longo da história literária, as relações entre linguagem literária e linguagem oral.

Como constitui uma manifestação escrita, a linguagem literária tem afinidades maiores com essa modalidade da linguagem. Por mais que se pretenda aproximá-la do fenômeno da interação verbal oral, o escrito literário pressupõe uma elaboração por parte do escritor, mesmo quando sua intenção é a de aproximar o que escreve da naturalidade e espontaneidade da fala.

Esses limites entre o oral e o escrito são difíceis de definir e têm preocupado os bons prosadores em todas as épocas literárias. O analista – e mesmo o leitor comum – não pode deixar de refletir sobre as imensas dificuldades que existem nessa transposição, tendo em conta a unidade da narrativa e a construção das personagens, pois a linguagem é índice inequívoco da personalidade do falante.

Além do mais, como língua escrita, o texto literário configura uma situação de comunicação absolutamente diversa da língua oral. Não temos mais o ouvinte à nossa frente, face à face, com o qual interagimos. Não conhecemos as reações imediatas que nossas palavras provocam. Não contamos mais com os recursos de entonação. Na língua escrita, podemos até mesmo não saber quem lerá nosso texto e, portanto, só podemos pressupor suas reações às nossas ideias. Além disso, pensamos para escrever, temos a oportunidade de refazer nosso texto, corrigi-lo, reelaborá-lo, o que não ocorre com a fala.

A língua literária é, em realidade, uma variante da língua escrita, mas também o é da língua popular, da língua culta falada etc., no sentido de ser uma combinação de códigos auxiliares, sobrepostos para formar o código comum. **Também por isso é que nela predomina a função poética da linguagem.**

Sendo a obra literária de ficção uma transposição da realidade, recria no texto literário todas as espécies ou modalidades linguísticas necessárias, porém sob o aspecto abrangente da intenção artística e estética.

Quando estas modalidades são combinadas em alto grau de elaboração, a linguagem nos faz criar a ilusão de realidade que é, afinal, um dos objetivos e um dos índices da obra de arte.

Para concluir...

A explicação de uma obra deve conter os elementos do processo comunicativo, definidos nesta ficha. Além disso, uma análise que se queira integral não será focada em apenas um aspecto da experiência humana (sociológico, psicológico, lingüístico, etc.), mas levará em conta todos os elementos potencialmente condutores de uma interpretação coerente. Levará em conta, ainda, todas as modalidades linguísticas e gêneros do discurso que a obra de arte em questão engloba.